## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

## PROJETO DE LEI Nº 1.623, DE 2007

Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.

**Autor**: Deputado GERVÁSIO SILVA **Relator**: Deputado ÁTILA LIRA

## I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Gervásio Silva, visa a instituir a data anual de 10 de outubro como o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.

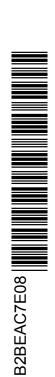
Cabe, nos termos do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Educação e Cultura (CEC) examinar a matéria quanto ao mérito cultural.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Os motoristas de ambulâncias, no Brasil, não exercem somente a tarefa que lhes reserva a natureza de sua incumbência - dirigir veículos de socorro médico. Freqüentemente, esses trabalhadores são chamados



a executar os primeiros socorros e até mesmo o atendimento médico de emergência às pessoas que transportam, exercendo papel fundamental que representa, muitas vezes, a diferença entre o salvamento e a perda de uma vida.

A despeito da importância da tarefa que realizam, esses profissionais não recebem o merecido reconhecimento tanto da legislação trabalhista, que não admite a insalubridade da atividade, quanto do mercado, que não os remunera devidamente nem garante a capacitação necessária para o exercício de sua complexa e vital ocupação.

Esse último ponto constitui grave problema, já que os motoristas socorristas, em regra, não recebem o preparo essencial para exercer seu trabalho com segurança e eficácia – não têm acesso a práticas de direção defensiva, a noções básicas de socorro ou a informações sobre proteção laboral, como orientação para o procedimento em caso de doença contagiosa da pessoa transportada, por exemplo.

Dessa forma, instituir o Dia Nacional do Motorista de Ambulância constitui instrumento para que o Poder Público admita formalmente a relevância dessa categoria no âmbito da política de saúde do País, retribuindo, assim, a contribuição indispensável que esses profissionais oferecem à sociedade e colaborando para que tenham sucesso na luta por seus direitos trabalhistas, por melhor capacitação e pelo reconhecimento social de sua atividade.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.623, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado ÁTILA LIRA Relator EAC7E08